



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 78/XIII/ 2.ª SL

Aos 14 dias do mês de junho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Discussão e votação da ata n.º 77, relativa a 7 de junho;*
 3. *Fixação da Redação Final do Texto resultante da PPL n.º 42/XIII/2.ª - Altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida.*
 4. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 255/XIII/2.ª, que solicita «a adoção de medidas com vista a melhorar as condições de saúde da população do Bombarral» - Relator: Deputado António Sales;*
 5. *Outros assuntos.*
- 10:30 Audição do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, requerida pelo BE, para «Prestar esclarecimentos sobre o INSA».*
- 11:30 Audição conjunta da Ordem dos Médicos e do Colégio de Especialidade de Saúde Pública, requerida pelo BE e pelo PCP, para «Prestar esclarecimentos sobre o INSA».*

1. Informações

O Presidente informou que a Comissão de Assuntos Europeus, que vai realizar uma visita ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência no dia 11 de julho, pelas 10h, convidou os Deputados da Comissão de Saúde a participar. O serviço de apoio à Comissão irá enviar o convite a todos, solicitando-se a inscrição dos que estiverem disponíveis para se associarem à visita.

2. Discussão e votação da ata n.º 77, relativa a 7 de junho

A Ata n.º 77, relativa a 7 de junho, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

3. Fixação da Redação Final do Texto resultante da PPL n.º 42/XIII/2.ª - Altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 78/XIII/ 2.ª SL

A redação final do texto resultante da PPL n.º 42/XIII/2.ª, que altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida, foi fixada, com as alterações sugeridas pela DAPLEN, sem oposição de qualquer dos grupos parlamentares presentes.

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 255/XIII/2.ª, que solicita «a adoção de medidas com vista a melhorar as condições de saúde da população do Bombarral» - Relator: Deputado António Sales

Este ponto da ordem do dia foi adiado para uma próxima reunião.

10:30 Audição do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, requerida pelo BE, para «Prestar esclarecimentos sobre o INSA»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento que solicita a audição do Reitor da Universidade Nova, António Rendas, explicando as razões que o fundamentam, referindo que em fevereiro deste ano os Ministros da Saúde e da Ciência incentivaram a criação de um grupo de trabalho para avaliar a possibilidade de integrar o INSA na Universidade Nova de Lisboa e na do Porto e salientando que, nessa altura, estava já a decorrer o processo legislativo relativo à PPL n.º 49, que aprova a lei da saúde pública, na qual o INSA tem um papel importante. Preocupa-o a ideia da integração e do consórcio da Universidade com o Grupo Mello, que pode colocar em causa o cumprimento das funções do Instituto. Perguntou que papel tem o INSA neste processo, se foi proposto pela Universidade Nova que o INSA fizesse um contrato programa com o Ministério da Saúde para as funções de interesse público e porque foi suspenso o grupo de trabalho.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro salientou os contributos inestimáveis do INSA e da Universidade Nova, enquanto instituições de referência, questionando sobre qual o seu futuro e que correlação têm. Lembrou que o Ministro da Saúde disse que o INSA nunca seria desmantelado e que o Presidente do INSA também afirmou nunca ter equacionado essa hipótese, pelo que perguntou quem levou a Universidade Nova a considerar a possibilidade de integração do INSA, se existe algum documento estratégico sobre este tema e quem desafiou a Universidade Nova a elaborá-lo.

A Deputada Marisabel Moutela disse que se irá concentrar na Resolução do Conselho de Ministros que criou um grupo de trabalho, definido os seus objetivos e missão. Recordou que quer o Ministro da Saúde quer o Presidente do INSA referiram que



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 78/XIII/ 2.ª SL

nunca esteve em causa o desmantelamento da instituição nem a sua natureza pública, perguntando se não existiam já, antes do grupo de trabalho, relações institucionais e próximas, destinadas ao reforço da investigação e da atividade na saúde pública e se reforçar a competitividade é ou não um objetivo.

A Deputada Carla Cruz disse considerar esta audição indispensável para um cabal esclarecimento do tema, reiterando que o PCP defende o INSA como laboratório de Estado, considerando as competências que lhe estão atribuídas. Passou para a opinião pública que haveria intenção de desmantelar o INSA, não sendo a sua integração na Universidade necessária para o cumprimento dos objetivos do Instituto, nem para o sistema tecnológico nacional, pelo que pergunta quem tomou a decisão de criar o grupo de trabalho informal.

O Reitor da Universidade Nova de Lisboa salientou que não fez qualquer declaração até à data sobre este assunto, que foi tratado e discutido com a maior transparência, já que as atas e documentos relativos à questão podem ser acedidos pelo Parlamento. A Universidade Nova tem no seu contexto académico e científico muitas ligações à saúde pública e foi ele próprio que fez a integração do Instituto de Higiene e Medicina Tropical na Universidade Nova. Relativamente ao INSA, o que vai ser feito é manter a sua integralidade, pretendendo-se apenas potenciar recursos. A decisão que vier a ser tomada sobre o INSA é política. Aproveitou para explicar que a Universidade tem relações com inúmeros parceiros públicos e privados e que a sua ligação ao Grupo Mello saúde nada tem que ver com este processo do INSA. De acordo com o Relatório de Atividades do INSA, que consultou, há problemas financeiros, órgãos que não estão a funcionar, como o Conselho de Orientação previsto no artigo 7.º da sua Lei orgânica, e o INSA precisa de ser revitalizado. O que se quis foi pensar como é que a Universidade Nova poderá contribuir para essa revitalização. O assunto agora é mais político e existe um documento estratégico que está com os Ministros.

Na 2.ª ronda fizeram comentários e pediram esclarecimentos adicionais, que foram prestados pelo Reitor, os Deputados Moisés Ferreira, Cristóvão Simão Ribeiro, Maria Antónia Almeida Santos e Carla Cruz.

O Deputado Moisés Ferreira solicitou ao Reitor que disponibilizasse à Comissão as atas e documentos a que fez referência.

O Presidente agradeceu a vinda do Reitor da Universidade Nova de Lisboa à Comissão, bem como as informações prestadas.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 78/XIII/ 2.ª SL

11:30 Audição conjunta da Ordem dos Médicos e do Colégio de Especialidade de Saúde Pública, requerida pelo BE e pelo PCP, para «Prestar esclarecimentos sobre o INSA»

A Vice-Presidente Maria Antónia Almeida Santos assumiu a presidência da reunião neste ponto da ordem de trabalhos.

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento que solicita as audições, procedendo ao enquadramento da questão, reiterando que defende que o INSA se mantenha como laboratório de Estado, com independência, tendo em conta as competências que tem na área da saúde pública. Pretende saber qual a opinião da Ordem dos Médicos e do Colégio de Especialidade de Saúde Pública sobre este tema, recordando que existem bolseiros a cumprir necessidades permanentes dos serviços, o que tem de ser resolvido. Perguntou ainda se têm conhecimento e se foram auscultados sobre o documento estratégico, que visão têm sobre o INSA e sobre a necessidade de reforço de recursos humanos.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou também o seu requerimento, acrescentando que se sabe que o Bastonário da Ordem dos Médicos saiu da comissão para a reforma da saúde pública, tendo depois a Associação de Médicos de Saúde Pública feito o mesmo. Perguntou que informação havia então sobre o plano de passagem do INSA para a academia, se foram consultados, que consequências traria para a política de saúde pública a integração do INSA e quais as necessidades mais prementes do Instituto.

A Deputada Isaura Pedro recordou que a integração do INSA na Universidade tem estado a ser contestada, e que o Ministro da Saúde garantiu que a sua natureza pública não será alterada quaisquer que sejam as circunstâncias. Sendo o INSA um laboratório de Estado de referência, perguntou se com a integração as suas funções sairiam prejudicadas, se faria sentido a alteração sem primeiro ser realizada uma avaliação externa, como ficou o INSA depois desta controvérsia e quais as circunstâncias que levaram às demissões.

O Deputado António Sales salientou que quer o Ministro da Saúde, quer o Presidente do INSA já afirmaram que se manterá a natureza pública do Instituto e falaram também do interesse em que seja feita uma avaliação externa. Perguntou se partilham desta visão, como vêm a atual situação versus consórcio ou parceria, se, em matéria de investigação, a agência viria ao encontro do seu reforço e se seria possível manter



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 78/XIII/ 2.ª SL

a independência e o cumprimento das funções que lhe cabem, questionando ainda sobre as demissões de membros da comissão para a reforma da saúde pública.

O Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, fez-se acompanhar pelo Presidente do Colégio de Especialidade de Saúde Pública da Ordem dos Médicos, Pedro Serrano, e pelos vogais do Conselho Regional do Norte e do Centro da Ordem dos Médicos, respetivamente, Rui Capucho e Eduardo Duarte.

O Bastonário afirmou que não é de ânimo leve que se abandona uma comissão, que em sede própria, no Grupo de Trabalho para a PPL n.º 49/XIII/2.ª, serão explicadas as razões, mas que a posição teve que ver com informações veiculadas e não desmentidas de que o INSA seria integrado na Universidade Nova. A Ordem não teve acesso a documentos sobre essa questão. Considera que o INSA tem um papel fundamental na lei da saúde pública e que o importante é dar resposta aos utentes, a investigação é importante, mas é paralela. Abordou o tema do desinvestimento no INSA e no SNS em geral, dizendo que as necessidades em saúde pública são cada vez maiores e não dizem respeito apenas às doenças infecciosas, mas também às doenças crónicas. Considera que todos os médicos desejam uma boa reforma da saúde pública e que a saída da Ordem dos Médicos e da Associação dos Médicos de Saúde Pública fragiliza a comissão.

Pedro Serrano acrescentou que a questão do INSA foi a gota de água que levou à saída da comissão da reforma da saúde pública. Disse que o INSA é o braço clínico da saúde pública no Ministério da Saúde, transformá-lo numa agência tem que ver com ventos modernistas, mas não acontece na maior parte dos países europeus. O INSA tem centenas de protocolos com diversas entidades e vai facilmente buscar financiamento para a investigação, pelo que pensa que isso não é problema. Não vê que seja benéfico desmembrar o Instituto, que tem como função defender a saúde pública, que é o papel do Estado. Não tiveram acesso a qualquer documento e a nível central não conseguiram obter informação, mas o importante é que o INSA se mantenha tal como é e, se precisa de reestruturação, são aspetos secundários.

O vogal do Conselho Regional do Centro falou da articulação entre o INSA e os serviços de saúde pública locais, frisando que o INSA não é instituição isolada e a maior parte do que faz começa localmente.

O vogal do Conselho Regional do Norte fez notar que a comissão para a reforma da saúde pública em vez de ter uma pessoa a liderar, teve um cargo, o de Diretor Geral



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 78/XIII/ 2.ª SL

da Saúde, o que dificulta, porque não pode esconder da comissão a informação que recebe enquanto Diretor Geral e foi essa a razão do mal-estar. Se o INSA passasse para a academia, iria ser esta a determinar a visão estratégica para a saúde pública.

Na 2.ª ronda usaram da palavra para colocar questões adicionais os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, António Sales e Carla Cruz, a que responderam o Bastonário, o Presidente do Colégio de Especialidade e o vogal do Conselho Regional do Centro.

A Presidente em exercício agradeceu à delegação a sua presença e as informações prestadas, dizendo que a Comissão estará sempre disponível para os receber.

A reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo os vídeos/gravações das audições ser acedidas nos seguintes *links*: [Reitor da Universidade Nova de Lisboa](#) e [Ordem dos Médicos e Colégio de Especialidade de Saúde Pública](#).

Palácio de São Bento, 14 junho 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 78/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ana Rita Bessa
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Galriça Neto
Luís Graça
Luís Soares
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

José Luís Ferreira